

SRPPS - SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS DA UNIÃO

REUNIÃO BASES DE DADOS

BRASÍLIA - DF - 09 DE AGOSTO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

14h00 - 14h30 **Saudação aos participantes. Avaliação Atuarial da União e PLDO 2019**

Narlon Gutierrez Nogueira - Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social

14h30 - 15h00 **Grupo de Trabalho - Apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS da União**

Allex Albert Rodrigues - Coordenador-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos

15h00 - 15h45 **Consistência da base cadastral. Processo de elaboração da avaliação atuarial**

José Wilson Neto - Coordenador de Acompanhamento Atuarial

Benedito Leite Sobrinho - Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

15h45 - 16h15 **Os procedimentos para transmissão de dados**

Ramon Augusto Leal - Chefe da Divisão de Estruturação de Cadastros

16h15 - 17h00 **Debates com os participantes**

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS - MARCO LEGAL

- Constituição Federal - art. 40: RPPS devem observar critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.
- Lei nº 9.717/1998 - art. 1º: observar normas gerais de contabilidade e atuária e realizar avaliação atuarial anual.
- LRF - art. 69: organização segundo normas gerais de contabilidade e atuária, para preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS - ATUAÇÃO DA SPREV

- Pelo fato de inexistir unidade gestora única do RPPS dos servidores civis da União, desde o início dos anos 2000 (cerca de 15 anos) a SPREV (antes o MPS) realiza a avaliação atuarial.
- Em junho de cada ano são enviados ofícios de comunicação aos órgãos dos três Poderes da União, solicitando que sejam fornecidas as bases de dados para realização da avaliação atuarial (102 bases de dados de diferentes órgãos, contemplando cerca de 1,4 milhão de pessoas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas).
- A recepção e crítica dos dados e o processamento do cálculo atuarial processam-se ao longo do segundo semestre.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS - ATUAÇÃO DA SPREV

- Até dezembro, são enviados à STN valores das provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, para contabilização no Balanço Geral da União (iniciada no BGU de 2014, atendendo a determinação do TCU).
- Em janeiro, é encaminhado à STN o Demonstrativo das Projeções Atuariais do RPPS, que acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 6º bimestre de cada exercício, na forma do art. 53, § 1º, II, da LRF.
- Em março, é enviado à SOF o Relatório da Avaliação Actuarial do RPPS dos Servidores Civis da União, que integra Anexo de Metas Fiscais do PLDO, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da LRF.

PLDO 2019 - PROPOSTA DE CENTRALIZAÇÃO DOS DADOS

- Dificuldade enfrentada pela SPREV: interlocução com uma multiplicidade de órgãos para obtenção das 102 bases e necessidade de melhoria da qualidade dos dados fornecidos pelos Poderes.
- Grupo de Trabalho Resultado Financeiro e Atuarial do RPPS da União, formado em 2017, propôs a centralização nos órgãos setoriais de orçamento ou pessoal de cada Poder ou ramo da Justiça.
- Sugestão incorporada no art. 88 do PLDO 2019 e colocada em fase experimental no processo de coleta das bases neste ano de 2018.

PLDO 2019 - PROPOSTA DE CENTRALIZAÇÃO DOS DADOS

Art. 88. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão até o dia 30 de setembro de cada exercício, com a finalidade de possibilitar a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis, na forma da alínea "a" do inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, base de dados relativa a todos os seus servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes.

§ 1º No caso do Poder Executivo, a responsabilidade por disponibilizar as bases de dados previstas no **caput**, será:

I - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores.

§ 2º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento ou de pessoal das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral, e do Ministério Público da União consolidar e disponibilizar as bases de dados relativas aos respectivos tribunais regionais ou unidades.

§ 3º As bases de dados a que se refere o **caput** serão entregues à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, a qual editará ato normativo disciplinando o conteúdo e forma de envio.

PLDO 2019 - PROPOSTA DE CENTRALIZAÇÃO DOS DADOS

PORTARIA SPREV Nº 22, DE 25 DE MAIO DE 2018.

Disciplina a disponibilização das bases de dados referentes às informações cadastrais, funcionais e remuneratórias dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e membros de Poder vinculados ao RPPS da União, destinadas a subsidiar sua avaliação atuarial.

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 72 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a” da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece que o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) deve conter a avaliação financeira e atuarial do regime próprio do ente federativo;

CONSIDERANDO que, no âmbito federal, a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda é o órgão que elabora a avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União;

CONSIDERANDO que, para a elaboração da avaliação atuarial, são necessárias informações cadastrais, funcionais e remuneratórias dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e membros de Poder de todos os poderes, órgãos e entidades, vinculados ao RPPS da União;

CONSIDERANDO que a reunião das bases de dados dos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao sistema previdenciário federal envolve sua obtenção de diversos órgãos e entidades mantenedores das folhas de pagamento; e

CONSIDERANDO as observações e recomendações constantes de relatório produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) interministerial instituído pela Portaria Conjunta SPREV-MF/STN-MF/SOF-MP/SEPLAN-MP/SEGRT/MP nº 1, de 13 de abril de 2017, com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS da União;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo até o dia 30 de setembro de cada exercício para que os poderes, órgãos e entidades encaminhem, para a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, na forma disposta no art. 2º deste ato, as bases de dados contendo as informações cadastrais, funcionais e remuneratórias relativas a todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo e membros de Poder, os aposentados e os pensionistas constantes de suas bases de dados, vinculados ao RPPS da União, com posição na competência julho do mesmo exercício.

§ 1º No Poder Executivo, a responsabilidade por disponibilizar as bases de dados previstas no caput será:

I - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para o pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e do Banco Central do Brasil, para seus servidores.

§ 2º Caberá aos correspondentes órgãos setoriais de orçamento ou de pessoal da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União consolidar e disponibilizar as bases de dados relativas aos respectivos tribunais regionais ou unidades descentralizadas, que deverão fornecer tais informações em tempo hábil para os órgãos setoriais.

Art. 2º A Secretaria de Previdência disponibilizará, em seu endereço eletrônico na Internet (<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/atuarial/>), na área “Avaliação Atuarial da União”, guias para geração e transferência de arquivos, leiautes de importação de dados e outras instruções e informações relativas ao envio da base de dados a que se refere o art. 1º, inclusive o link para acesso à ferramenta por meio da qual os dados deverão ser enviados.

§ 1º Até o dia 15 de junho de cada exercício, a SPREV encaminhará ofício aos poderes, órgãos e entidades responsáveis pelo fornecimento das bases de dados, formalizando a requisição das informações aos órgãos setoriais responsáveis pela sua consolidação, com orientações sobre os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º A Secretaria de Previdência receberá, por meio de sua Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social, até o dia 30 de junho, de cada órgão responsável, os dados (nome completo, CPF, e-mail, telefone, órgão de lotação, cidade e UF) dos servidores designados para encaminhar a base de dados de que trata o art. 1º, informação que deverá ser enviada na forma indicada na correspondência a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3º A apresentação das bases de dados a que se refere o art. 1º e o resultado dos testes de consistência da qualidade das informações fornecidas serão objeto de referência no Relatório da Avaliação Atuarial da União elaborado pela Secretaria de Previdência, documento que acompanha o PLDO e cujo conteúdo fica disponível para consulta dos cidadãos e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

Secretário de Previdência

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA
Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ENVIO DAS BASES DE DADOS:

<http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/atuarial/>

(61) 2021-5555 - atuarialespps.cggee@previdencia.gov.br